

Carta de Brasília reafirma princípios para a construção da Federação

Sindicatos buscam uma única federação, do tamanho do Brasil

O Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc- Sindical) entrou com o seu pedido de registro ao final do ano de 2009, após um processo de desvinculação da Andes que foi iniciado em 2007 e contou com o apoio maciço dos docentes. A decisão da desvinculação e da formação do sindicato deu-se em uma assembléia em setembro de 2009 com a participação de mais de 1.000 docentes, num universo de 2.500 associados, um fato, até então, inédito no sindicalismo universitário.

A Apufsc, fundada em 1975, é uma base histórica da Andes, onde a entidade nacional foi concebida em 1980, onde foi organizado o seu primeiro congresso em 1982 e de onde saiu o seu primeiro Presidente, o Prof. Osvaldo Maciel. Estes vínculos históricos exigiram o amplo apoio da base dos docentes no processo de reforma do Regimento Geral da então Seção Sindical da Andes, ocorrida em meados de 2008 e homologada no Terceiro Congresso Extraordinário da Andes, em setembro de 2008.

Alguns princípios nortearam o processo de reforma e encontraram eco entre os docentes, entre os quais: fortalecimento do Conselho de Representantes com amplos poderes deliberativos e como única instância com atribuição para a convocação da assembléia geral; uma Diretoria exclusivamente executiva e um novo modelo de assembléia geral que permitisse ampliar o universo de decisão entre os professores, anteriormente restrito aos militantes sindicalistas da universidade, que dominavam a entidade.

Em março de 2010, a Justiça do Trabalho em Santa Catarina em uma sentença da Juíza Rosana Basilone Leite Furlani reconhece a legitimidade da Apufsc-Sindical (TRT-SC, 2010), determinando, em seu arrazoado, à Andes de abster-se de atuar em todo território catarinense, base territorial representada pela Apufsc. Esta sentença acelerou a tramitação do processo de pedido de registro da Apufsc no MTE e abriu a porta para as entidades locais. Em março de 2010, então secretário das Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), Luiz Antonio de Medeiros, anunciou a decisão de publicar os pedidos de registro das entidades locais Apufsc, Apubh e Adufrgs. Culminando o processo de constituição da nova estrutura sindical, em 20 de maio de 2010, o registro da Apufsc é publicado no DOU.

A experiência recente da Apufsc demonstra que o MD ressurgiu verdadeiramente como movimento quando a estrutura sindical se vincula profundamente à sua base, quando esta sente que sua opinião tem influência sobre o sindicato. A urgente ruptura com a cultura aparelhista se alcança com sindicatos locais autônomos, menos partidários e tratando das questões consideradas fundamentais para os professores. O sindicalismo universitário precisa afirmar, simultaneamente, o caráter local de suas origens e nacional em seus propósitos. Isto é, concentrar-se sobre as

questões de interesse imediato do conjunto dos professores sem alienar-se dos grandes temas nacionais, priorizando nossa realidade enquanto categoria profissional e articulando-a com outras dimensões sócio-políticas. O coroamento disto é a próxima emergência duma Federação de sindicatos que, como órgão de segundo grau, os agregue, formando uma estrutura nacional democrática, horizontal. A Federação é a possibilidade de uma unidade maior respeitosa da pluralidade e da diversidade do país, com vitalidade e capacidade de mobilização, contrapondo-se a uma Andes que se mostra decrépita para os professores ou a qualquer mimesis ou imagem replicada desta.

O movimento de transformação das SSind's e AD-SSind's em sindicatos autônomos vem crescendo consideravelmente em todo o país e, com isso, a criação de uma federação de sindicatos de professores de Instituições Federais de Ensino Superior não está longe de acontecer. Até o momento já são nove AD's transformadas em sindicatos.

Durante o VII Encontro Nacional do Proifes, que aconteceu em São Paulo entre os dias 15 e 18 de julho, foi encaminhada para aprovação pelas bases os Estatutos de uma Federação derivada do Proifes-Fórum. Em outras palavras, a transformação do Proifes-Fórum em Poifes-Federação.

Também em julho, as Diretorias da Apufsc-Sindical, da Apubh-Sindicato e da Adufg-Sindicato assinaram um Manifesto, defendendo a criação da Federação (<http://www.apufsc.ufsc.br/texto/1631/>). Os três sindicatos, entretanto, apesar de reconhecerem a importância do Proifes no processo de transformação das AD's, discordam da forma como está sendo construída a Federação.

Um convite aberto foi encaminhado a todas as entidades para uma reunião em Brasília no dia 02 de agosto de 2011 para tratar deste assunto.

Nesta reunião estiveram representados o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), o Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical), o Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh-Sindicato) e o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc-Sindicato). Desta reunião foi firmada a Carta de Brasília assinada pelas quatro entidades.

A carta é um texto propositivo e deixa muito claro que todas as entidades que a assinam buscam uma única federação nacional, do tamanho do Brasil, com um conjunto mínimo de princípios que assegurem a horizontalidade de poder, a representatividade ao nível da base, a transparência e a leveza administrativa da federação. Leia a íntegra da Carta no verso.

Carta de Brasília

Colegas,

Reunidos em Brasília, em 02 de agosto, discutimos os princípios de uma grande Federação nacional que aglutine todos os sindicatos de professores das IFES.

Uma Federação sem donos, que espelhe os interesses da base dos filiados de cada entidade federativa.

Se de um lado, o modelo federativo preserva a vital e radical liberdade, a autonomia e a independência de cada sindicato de base, este modelo deve manter os mínimos elos que permitirão a emergência da unidade nacional, evitando tanto a fragmentação e a pulverização, quanto a asfixia, o monolitismo e a uniformidade.

Uma Federação que permita a dissonância como sede do debate de nossas diferenças, que nos enriquece e complementa.

Uma Federação que reflita a natural diversidade ideológica dos docentes universitários.

Uma Federação que não seja extensão de partidos políticos, mal que dizimou a ANDES.

Uma Federação solidamente construída sobre claros princípios democráticos, corporificados no seu Estatuto e na sua ação.

Temos a missão, a obrigação e as condições de gerar esta Federação. Estamos num momento fundacional, prestes a criá-la.

A construção da Federação deveria se desencadear quando, atingindo o número mínimo de cinco entidades reconhecidas como sindicatos, se iniciaria um processo abrangendo todas elas. Estas, então, tudo discutiriam, seja o nome da Federação, seja seu Estatuto, como se partíssemos do ponto zero. Mas o processo histórico dá-se conforme o limite das contingentes condições humanas, e não de forma abstrata, lógica e ideal.

De parte da Apufsc, Apubh, Adufg, Adufc, e, assim acreditamos, das demais entidades, entendemos que não cabe superestimar as dificuldades e desavenças postas, mas, com bom senso, buscar consensos, a partir do menor denominador comum, de forma aberta e transparente.

Não queremos dividir. Porém, deixamos claro que, para realizar nossos sonhos, o Estatuto desta federação deve, necessariamente, conter mecanismos que garantam a alternância no poder de gestão da mesma, que obriguem seus dirigentes a estarem sempre preocupados e refletindo a vontade do conjunto dos associados, os verdadeiros donos da Federação e seu único fim.

Concretamente, propomos que o futuro Estatuto:

1- Resulte de um amplo processo de discussão em nível nacional, envolvendo entidades já independentes e que estão procurando a sua independência, filiadas ou não-filiadas ao Proifesc. A proposta de Estatuto aprovada no VII Encontro Nacional, e a ser referendada na consulta eletrônica que se seguirá, considera o Proifesc-Federação como uma transformação automática do Proifesc-Fórum e, em consequência, elimina do processo de decisão, entidades locais que já são independentes ou que buscam esta independência, mas que não são filiadas ao Proifesc-Fórum.

2- Possibilite agilidade executiva à Diretoria ou à Coordenação da Federação. A proposta de Estatuto aprovada prevê uma Diretoria Executiva com tantos membros quantos forem os sindicatos da federação. Isto dificulta o caráter executivo desta Diretoria quando projetamos uma federação que envolva todos os sindicatos locais já formados ou que vierem a se formar em todo o território nacional. Além de concentrar poder nas mãos da Coordenação Executiva, isto praticamente duplica o Conselho Deliberativo numa instância executiva, com consequências previsíveis que, inevitavelmente, enfraquecerão o poder deliberativo deste Conselho.

3- Limite o número de mandatos consecutivos da Diretoria Executiva. A proposta de Estatuto aprovada não faz qualquer restrição quanto ao número máximo de mandatos consecutivos dos membros da Diretoria Executiva, possibilitando a recondução eterna destes membros e facilitando a hegemonização de poder na federação.

4- Atribua aos sindicatos o poder de decidir sobre os mandatos de seus próprios membros no Conselho Deliberativo.

5 - Pressuponha uma estrutura leve, haja vista que numa Federação não deve haver centralismos, ao contrário do piramidal e gorduroso sindicato nacional do qual recentemente nos apartamos. Isto é ainda mais válido nesta era das redes e das facilidades comunicacionais. Assim, defendemos que a contribuição financeira de cada entidade seja o suficiente para manter uma estrutura mínima para animar e articular a todos.

Também pleiteamos que o Estatuto da futura Federação contenha mecanismos de transparência aos gastos, e de limites aos gestores, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economia e eficiência. Cabe coibir a obtenção de iníquas vantagens, pessoais ou coletivas, em decorrência da participação no processo federativo.

O poder, numa Federação, pertence às suas organizações componentes. Há que assegurar que os processos de decisão na mesma fundem-se neste princípio. Com o Estatuto da futura Federação Proifesc facilitando uma dinâmica verdadeiramente federativa estaremos todos juntos na mesma, independentemente de nossas divergências e dissonâncias locais.

Brasília 02 de agosto de 2011.

Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato)

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc-Sindicato)

Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh-Sindicato)

